

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUUENA

Protocolo n.º		APROVADO "		
	INDICAÇÃO	REJEITADO 🗆		
Recebido 4/07/2025	COLETIVA	Author Ferreira Marques		
Protocolista ultura	N° 019/2025	Presidente MDB		
Fiotoconsia		MIDD		
AUTORES: Vereadores: Edineyd de Carvalho e João de Paulo Rodrigues				

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

Os Vereadores que esta subscreve, na forma regimental, indicam à Mesa Diretora, depois de ouvindo o Colendo Plenário para que envie o expediente com a presente proposição à Excelentíssima Prefeita Municipal de Bodoquena Senhora Maria Girleide Rovari, ao Secretário Municipal de Obras e infraestrutura Senhor Ermeson Luna Bonfim. Solicitando o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os Garis do Município de Bodoquena-MS.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem como objetivo garantir a integridade física e a segurança desses profissionais, que diariamente estão expostos a riscos diversos, como materiais perfurocortantes, agentes biológicos e condições climáticas adversas. A medida visa prevenir acidentes de trabalho, promover melhores condições laborais e assegurar a valorização desses servidores públicos.

Os Garis são trabalhadores essenciais para a saúde pública e o bem-estar da população. No entanto, enfrentam situações de vulnerabilidade quando não dispõem dos LIS adequados, como:

- Luvas resistentes:
- Botas de segurança;
- Máscaras de proteção;
- Óculos de proteção;
- Protetores solares;
- Uniformes refletivos.

A presente indicação é respaldada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pela Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho, que trata da obrigatoriedade do fornecimento gratuito de EPIs pelo empregador, bem como da responsabilidade de fiscalizar e assegurar o uso adequado desses equipamentos pelos trabalhadores.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUUENA

Protocolo n.º		APROVADO		
	INDICAÇÃO	REJEITADO		
Recebido/	COLETIVA			
Protocolista	N° 019/2025			
AUTORES: Vereadores: Edineyd de Carvalho e João de Paulo Rodrigues				

Além disso, em consonância com a Lei Federal nº6.514/1977, que altera dispositivos da CLT relativos à segurança e medicina do trabalho, é dever do Município, enquanto empregador, zelar pela saúde e segurança dos seus servidores.

Portanto, solicitamos atenção especial a essa demanda, tendo em vista que, além do dever legal, trata-se de uma questão de respeito à dignidade do trabalhador.

Plenário Leônidas Alves dos Santos, 04 de julho de 2025.

Edineyd de Carvalho Vereadora

Diorgenes Pereira Vereador PSD João de Paulo Rodrigues Vereador

Gleyziane Parente Silva Vereadora PSDB Mario Roberto Severino Ferreira Vereador União Brasil Cristiane Ferreira Siqueiro Vereadora

Ayrton Ferreira Marques Vereador MDB Irléia Lopes da Silva Vereadora PSDB

Jair Beltramelo Ferracini Vereador